

## **A EXPERIÊNCIA DA ATUAÇÃO DA CLÍNICA DE ATENDIMENTO JURÍDICO A IMIGRANTES E REFUGIADOS**

MANOELA VIEIRA MACIEL<sup>1</sup>; ANELIZE MAXIMILIA CORREA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Católica de Pelotas – [manoelamaciel18@gmail.com](mailto:manoelamaciel18@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Católica de Pelotas – [anelize.correa@ucpel.edu.br](mailto:anelize.correa@ucpel.edu.br)

### **1. INTRODUÇÃO**

A Clínica de Atendimento Jurídico a Imigrantes e Refugiados (CAJIR) é um projeto de extensão da Universidade Católica de Pelotas que foi criado em 2021 com o propósito de atender as demandas jurídicas de estrangeiros em Pelotas e região. A CAJIR surgiu a partir das atividades realizadas pelo Grupo de Estudos em Políticas Migratórias e Direitos Humanos (GEMIGRA). As atividades da clínica envolvem a regularização migratória, documental e estudantil, bem como o auxílio de migrantes refugiados em questões jurídicas. As demandas mais recorrentes são solicitações de refúgio e pedidos de autorização de residência.

### **2. METODOLOGIA**

Utilizou-se no presente projeto uma metodologia participativa e de construção coletiva para a solução aos problemas relacionados aos direitos dos migrantes.

Atualmente, é disponibilizado um dia durante a semana para o atendimento, onde realiza-se o preenchimento de formulários e agendamento de entrevistas junto a Polícia Federal. A CAJIR também atua em parceria com entidades do município de Pelotas a fim de buscar melhorias nas condições de vida dos imigrantes e refugiados da região.

### **3. RELATOS E IMPACTOS GERADOS**

No que diz respeito aos pedidos de autorização de residência, estes podem ser de categoria permanente ou temporária, sendo solicitada no próprio site da Polícia Federal. Em conformidade com os acordos vigentes é possível selecionar a opção adequada, conforme a nacionalidade ou motivo da vinda do estrangeiro. A problemática está no fato de que nem sempre tais opções abrangem alguns migrantes de certas nacionalidades, o que os leva a buscar a solicitação de refúgio como alternativa. A vantagem dessa possibilidade é que não é necessária uma vasta lista de documentos apostilados e não há uma categorização.

O refúgio, apesar de não exigir tantos documentos e ser de mais fácil acesso, é um processo moroso, que muitas vezes leva o solicitante à desistência. Inicialmente é preenchido um formulário online de 14 abas que integram as mais diversas informações, desde dados mais básicos até perguntas mais pessoais a

fim de compreender a situação do estrangeiro. No último ano a CAJIR atendeu 7 famílias solicitantes de refúgio, dos países Cuba, Paquistão, Marrocos, Venezuela, Palestina e África do Sul.

Posteriormente, após o preenchimento do formulário, é agendada uma entrevista junto a Polícia Federal, na qual o estrangeiro é sempre acompanhado por um membro da Clínica. Após esse encontro, ele adquire status de solicitante de refúgio e continuará assim pelos próximos 4 anos, renovando a solicitação anualmente.

Um dos motivos da dificuldade nas solicitações de refúgio, conforme aponta Fabiana Galera Severo (2018), está na sistemática dos atendimentos, já que ao serem remetidas ao departamento da Polícia Federal são submetidas a uma espécie de controle prévio. E assim, o número de atendimentos diários para formalização da solicitação é mais restrito do que poderia ser.

Além disso, são diversos os casos relatados na CAJIR de atendidos que desmotivam-se ao perceber o quão demorado é o processo, sem falar nas vezes que os mesmos nem lembram da renovação.

Diante da crescente demanda migratória da CAJIR, em parceria com o GEMIGRA, no dia 2 de dezembro de 2023 foi promovida a Conferência Livre “Migrantes do Sul” na Universidade Católica de Pelotas. O evento tratou-se de uma etapa preparatória da COMIGRAR - Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia e teve como objetivo ouvir as demandas e dificuldades que imigrantes e refugiados da região passam.

No evento realizado pela Clínica em dezembro do ano passado, foram ouvidas as mais diversas sugestões e reclamações de migrantes e refugiados da região. Na ocasião, foram divididos 6 eixos, e, apesar de cada um com temática diversa, as ideias foram semelhantes. Uma das reclamações foi justamente a demora do processo de solicitação de refúgio, mas também foram relatadas as dificuldades com o idioma, mercado de trabalho e na própria regularização. As sugestões para melhora de tais aspectos foram: a capacitação de servidores públicos para sensibilização com a causa migratória, a criação de uma agência especializada para as regularizações, a descentralização dos serviços de refúgio e mais. Posteriormente, em novembro de 2024, alguns membros da CAJIR participarão da etapa nacional da conferência, que acontecerá em Brasília e serão discutidas as questões levantadas nas fases preliminares.

#### **4. CONSIDERAÇÕES**

Assim, desde 2021 a Clínica de Atendimento Jurídico à Imigrantes e Refugiados atua na causa migratória na cidade de Pelotas, e suas ações demonstram grande relevância. A CAJIR está em processo de expansão e cada vez mais vem estreitando laços com outras entidades a fim de melhorar a assistência prestada. Através de sua participação no Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas do município de Pelotas e com a promoção da Conferência realizada em dezembro e, posteriormente sua

participação na etapa nacional em novembro, demonstra-se claro o papel que a Clínica exerce ativamente na luta pelo reforço de novas e melhoradas políticas migratórias.

Em resumo, a CAJIR, ao prestar assistência jurídica gratuita e de qualidade à imigrantes e refugiados contribui não apenas para a regularização migratória, mas também para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Revela-se então, a extrema necessidade a criação de políticas públicas mais efetivas e que as mesmas sejam implementadas para garantir os direitos dos migrantes e refugiados, facilitando o acesso à documentação e promovendo a integração social.

## **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GALERA SEVERO, F. **O procedimento de solicitação de refúgio no Brasil à luz da proteção internacional dos direitos humanos.** Revista da Defensoria Pública da União, v.1, n.08, 7dez.2018.